

BALANÇO PATRIMONIAL
Em 31/12/2018 e 31/12/2017 (Em R\$)

ATIVO	31/12/2018	31/12/2017	PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2018	31/12/2017
CIRCULANTE	1.112.723.166	770.725.738	CIRCULANTE	815.980.868	501.037.307
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	9.183.217	3.706.490	DEPÓSITOS (Nota 11)	377.876.940	212.684.447
			DEPÓSITOS A VISTA	126.906.811	75.651.472
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (Nota 5)	567.811.091	353.724.848	DEPÓSITOS A PRAZO	250.970.129	137.032.975
CENTRALIZAÇÃO FINANCEIRA - COOPERATIVAS	413.468.372	231.427.061			
DEPÓSITOS INTERFINANCEIROS	154.342.719	122.297.787			
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 6)	522.523.250	412.429.231	REC. DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS (Nota 12)	193.958.223	127.632.820
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	538.636.790	440.070.564	OBRIG. POR EMISSÃO DE LETRAS CRÉDITO AGR.	193.958.223	127.632.820
(-) PROV. P/ OPER. DE CRÉD. DE LIQ. DUVIDOSA	(16.113.540)	(27.641.333)			
OUTROS CRÉDITOS (Nota 7)	12.793.037	460.206	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (Nota 13)	147.083.136	117.199.457
AVAIS E FIANÇAS HONRADOS	88.355	101.602	REPASSES INTERFINANCEIROS	147.083.136	117.199.457
(-)PROVISÃO PARA OUTROS CRÉDITOS	(73.142)	(48.331)			
RENDAS A RECEBER	2.347.429	60.997	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS (Nota 14)	59.464.297	15.080.335
DIVERSOS	10.430.395	345.938	ORDENS DE PAGAMENTO	59.464.297	15.080.335
OUTROS VALORES E BENS (Nota 8)	412.571	404.963	OUTRAS OBRIGAÇÕES (Nota 15)	37.598.272	28.440.248
DESPESAS ANTECIPADAS	354.698	356.100	COB. E ARRECADAÇÃO DE TRIBUTOS E ASSEM.	98.586	167.771
MATERIAL EM ESTOQUE	57.873	48.863	SOCIAIS E ESTATUTÁRIAS	25.522.992	19.797.804
			FISCAIS E PREVIDENCIARIAS	3.562.587	3.323.584
NÃO CIRCULANTE	140.515.045	101.126.212	PROVISÃO PARA GARANTIAS FINANCEIRAS PRESTADAS	1.331.338	1.660.950
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	104.519.481	60.252.494	DIVERSAS	7.082.769	3.490.139
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 6)	103.599.127	59.332.140	NÃO CIRCULANTE	1.897.819	1.914.120
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	111.878.613	64.602.081	PROVISÃO PARA DEMANDAS JUDICIAIS (Nota 16)	1.897.819	1.914.120
(-) PROV. P/ OPER. DE CRÉD. DE LIQ. DUVIDOSA	(8.279.486)	(5.269.941)	PIS - DEPÓSITO JUDICIAL	292.341	285.918
OUTROS CRÉDITOS (Nota 7)	920.354	920.354	COFINS - DEPÓSITO JUDICIAL	920.354	920.353
DEVEDORES POR DEPÓSITOS EM GARANTIA	921.785	921.785	OUTROS PASSIVOS CONTINGENTES	685.125	707.849
(-) PROV. OUTROS CRED. SEM CARAC. CONC. CRÉDITO	(1.431)	(1.431)			
INVESTIMENTOS (Nota 9)	17.996.589	23.663.562			
PARTICIPAÇÕES DE COOPERATIVAS	17.964.807	23.631.780			
OUTROS INVESTIMENTOS / PARTICIPAÇÕES	31.782	31.782			
IMOBILIZADO (Nota 10)	16.132.404	16.098.238	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 18)	435.359.523	368.900.522
IMÓVEIS DE USO	11.440.985	11.440.985	CAPITAL	293.962.991	250.480.329
OUTRAS IMOBILIZAÇÕES DE USO	12.808.140	11.242.753	DE DOMICILIADOS NO PAÍS	295.146.269	251.248.521
(-) DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS	(8.116.721)	(6.585.500)	(-) CAPITAL A REALIZAR	(1.183.279)	(768.192)
INTANGÍVEL (Nota 10)	1.866.572	1.111.917	RESERVAS DE SOBRAS	141.396.533	118.420.193
ATIVOS INTANGÍVEIS	5.014.674	3.515.579			
(-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	(3.148.102)	(2.403.662)			
TOTAL DO ATIVO	1.253.238.211	871.851.949	TOTAL DO PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.253.238.211	871.851.949

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Semestre e Exercício Findo em 31/12/2018 e Exercício Findo em 31/12/2017 (Em R\$)

DISCRIMINAÇÃO	2º SEMESTRE 2018	31/12/2018	31/12/2017
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA (Nota 21)	57.279.857	113.265.599	114.755.629
Operações de Crédito	52.464.821	104.958.037	104.118.386
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4.815.036	8.307.562	10.637.243
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA (Nota 22)	(19.310.468)	(32.188.577)	(47.445.169)
Operações de Captação no Mercado (Nota 11)	(15.107.204)	(26.605.756)	(25.096.071)
Operações de Empréstimos e Repasses	(4.349.368)	(8.220.507)	(8.568.936)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	146.104	2.637.686	(13.780.162)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	37.969.389	81.077.022	67.310.460
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	(19.745.636)	(18.729.394)	(10.111.661)
Receitas de Prestação de Serviços	2.373.095	4.123.734	2.549.594
Rendas de Tarifas Bancárias	928.142	1.651.592	1.049.986
Outras Receitas Operacionais	17.132.092	35.940.770	36.654.261
Despesas de Pessoal	(10.491.305)	(19.681.014)	(16.566.698)
Outras Despesas Administrativas	(8.539.480)	(16.822.147)	(14.007.680)
Despesas Tributárias	(262.178)	(499.637)	(334.687)
Outras Despesas Operacionais (Nota 23)	(3.860.440)	(6.417.130)	(3.289.828)
Despesa de Juros ao Capital Próprio (Nota 20)	(17.025.561)	(17.025.561)	(16.166.609)
RESULTADO OPERACIONAL	18.223.753	62.347.628	57.198.799
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 24)	10.110	16.122	34.852
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO S/ AS SOBRAS E PARTICIPAÇÕES	18.233.862	62.363.750	57.233.651
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(368.095)	(626.929)	(465.391)
PROGRAMA DE PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS - P.P.R.	(2.327.004)	(2.327.004)	(1.748.188)
JUROS AO CAPITAL PRÓPRIO (CIRCULAR BACEN 2.739)	17.025.561	17.025.561	16.166.609
SOBRAS LÍQUIDAS (PERDAS LÍQUIDAS) (Nota 19)	32.564.325	76.435.378	71.186.681

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Rio Verde - GO, 31 de dezembro de 2018

DEMONSTRAÇÃO DAS REVERSÕES E DESTINAÇÕES DO
RESULTADO DO EXERCÍCIO - SOBRAS E PERDAS

Exercício Findo em 31/12/2018 e 31/12/2017 (Em R\$)

DESCRIÇÃO	31/12/2018	21/12/2017
1. RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	76.435.378	71.186.681
2. EXERCÍCIOS ANTERIORES		
- Saldo de exercícios anteriores	131.812	
3. REVERSÕES		
3.1. LEGAIS/ESTATUTÁRIAS		-
- Utilização do FATES (treinamento, eventos)	1.462.255	1.082.159
- Resultado com Terceiros (ao FATES)	(2.568.613)	(1.265.941)
- Rendas Não Operacionais Art. 76 Inc.II	(20.364)	(54.497)
- Juros ao Capital Próprio	(17.025.561)	(16.166.609)
SUB TOTAIS	58.414.908	54.781.793
SOBRAS LÍQUIDAS A DESTINAR	58.414.908	54.781.793
4. DESTINAÇÕES		
4.1. FUNDO DE RESERVA		
35% das sobras (art. 74 Inc.I) Estatuto AGE 2017	(20.445.218)	(19.173.628)
4.2. FATES		
5% das sobras (art. 74 Inc.II) Estatuto AGE 2017	(2.920.745)	(2.739.090)
4.3. FUNDO PARA AUMENTO DE CAPITAL		
60% das sobras (art. 74 Inc.III) Estatuto AGE 2017	(35.048.945)	(32.869.076)

Rio Verde - GO, 31 de dezembro de 2018

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercício Findo em 31/12/2018 e 31/12/2017 (Em R\$)

EVENTOS	CAPITAL REALIZADO	RESERVAS DE SOBRAS		SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	TOTAL
		LEGAL	ESTATUTÁRIA		
			F.A.C.		
SALDOS NO INÍCIO DO PERÍODO: 01/01/2017	209.377.801	65.686.549	30.562.543	0	305.626.893
AUMENTOS DE CAPITAL:					-
- Por Incorporação de Reservas	30.388.353		(30.562.543)		(174.191)
- Por Integralizações	9.286.558				9.286.558
- Incorporações de Juros ao Capital Próprio	15.999.704			(16.166.609)	(166.905)
OUTROS EVENTOS:					-
- Retirada de Capital	(12.280.931)				(12.280.931)
- IRRF sobre Juros ao Capital Próprio	(2.291.155)				(2.291.155)
- Recuperação de Crédito Suportado pelo FUNLIQ		636.443			636.443
- Rendas Não Operacionais		54.497		(54.497)	-
SOBRAS (PREJUÍZO) DO PERÍODO				71.186.681	71.186.681
Ajustes do FATES				(183.782)	(183.782)
DESTINAÇÕES:					-
- FATES				(2.739.090)	(2.739.090)
- Reserva Legal		19.173.628		(19.173.628)	-
- Fundo Para Aumento de Capital (F.A.C.)			32.869.076	(32.869.076)	-
SALDOS NO FIM DO PERÍODO EM: 31/12/2017	250.480.329	85.551.117	32.869.076	0	368.900.522
MUTAÇÕES NO PERÍODO	41.102.529	19.864.568	2.306.532	0	63.273.629
SALDOS NO INÍCIO DO PERÍODO: 01/01/2018	250.480.329	85.551.117	32.869.076	0	368.900.522
AUMENTOS DE CAPITAL:					-
- Por Incorporação de Reservas	32.449.804		(32.869.076)		(419.272)
- Por Integralizações	11.228.334				11.228.334
- Incorporações de Juros ao Capital Próprio	16.782.431			(17.025.561)	(243.130)
OUTROS EVENTOS:					-
- Retirada de Capital	(14.610.784)				(14.610.784)
- IRRF sobre Juros ao Capital Próprio	(2.367.124)				(2.367.124)
- Recuperação de Crédito Suportado pelo FUNLIQ		330.890			330.890
- Rendas Não Operacionais		20.364		(20.364)	-
SOBRAS (PREJUÍZO) DO PERÍODO				76.435.378	76.435.378
Ajustes do FATES				(1.106.357)	(1.106.357)
DESTINAÇÕES:					-
- FATES				(2.920.745)	(2.920.745)
- Reserva Legal		20.445.218		(20.445.218)	-
- Fundo Para Aumento de Capital (F.A.C.)			35.048.945	(35.048.945)	-
- Outros (Especificar)		-		131.812	131.812
SALDOS NO FIM DO PERÍODO EM: 31/12/2018	293.962.991	106.347.588	35.048.945	0	435.359.523
MUTAÇÕES NO PERÍODO	43.482.661	20.796.471	2.179.869	0	66.459.001

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Rio Verde - GO, 31 de dezembro de 2018

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO
Semestre e Exercício Findo em 31/12/2018 e Exercício Findo em 31/12/2017 (Em R\$)

	2º Semestre 2018	Exercício 2018	Exercício 2017
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Resultado antes da tributação sobre as sobras e participações	18.233.862	62.363.750	57.233.651
Ajustes as sobras/perdas líquidas: (não afetaram o caixa)	15.490.584	16.358.130	16.032.818
Despesas de depreciação e amortização	1.160.122	2.286.501	2.079.788
Outros ajustes	14.330.462	14.071.629	13.953.030
Variações patrimoniais: (afetaram o resultado/receitas e despesas)	(81.732.572)	116.180.883	(41.456.071)
Relações interfinanceiras e interdependências	81.118.984	74.267.641	2.378.930
Operações de crédito	(114.233.862)	(154.361.006)	(65.950.910)
Outros créditos	(11.546.566)	(12.332.831)	21.887
Outros valores e bens	126.600	(7.609)	67.519
Depósitos	(38.010.566)	231.517.897	40.417.349
Outras obrigações	11.703.705	9.141.723	3.225.520
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(48.008.126)	194.902.763	31.810.398
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Alienação e Baixa de imobilizado de uso	2.131	19.219	28.485
Aquisição de investimentos	7.348.077	5.666.974	(2.888.136)
Aquisição de imobilizado de uso	(1.187.582)	(1.595.446)	(1.656.802)
Aplicação no intangível	-	(1.499.095)	(199.406)
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	6.162.626	2.591.652	(4.715.859)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Variações patrimoniais:	(6.476.144)	(9.976.377)	(7.913.052)
Aumento/(redução) de capital	(2.878.355)	(6.411.976)	(5.626.624)
Reservas de sobras	300.062	462.702	636.443
Sobras ou perdas acumuladas	(3.897.851)	(4.027.103)	(2.922.871)
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(6.476.144)	(9.976.377)	(7.913.052)
TOTAL DO CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS, INVESTIMENTOS E FINANCIAMENTOS	(48.321.643)	187.518.038	19.181.487
Aumento (redução) líquido de caixa e de equivalentes de caixa	(48.321.643)	187.518.038	19.181.487
1.1.0.00.00-6 Caixa e equivalentes de caixa no início do período	470.973.232	235.133.551	215.952.064
1.1.0.00.00-6 Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	422.651.589	422.651.589	235.133.551

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Sudoeste Goiano – Sicoob Credi-Rural é uma cooperativa singular com sede na cidade de Rio Verde - GO, Instituição Financeira não bancária, fundada em 18/08/1988, integrante do Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil – SICOOB, filiada à Central Sicoob Uni de Cooperativas de Crédito e acionista do Banco Cooperativo do Brasil S/A. É componente da Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob – Sicoob Confederação, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O Sicoob Credi-Rural possui Postos de Atendimentos - PA's nos municípios de Rio Verde, Jataí, Acreúna, Paraúna, Montividiu, Indiara, Santa Helena de Goiás, Iporá, São Luís de Montes Belos, Caiapônia, Edéia, Catalão, Jandaia e Anicuns. Além dos municípios anteriormente citados, sua área de ação compreende os municípios de Amorinópolis, Aporé, Baliza, Aragarças, Arenópolis, Bom Jardim, Bom Jesus de Goiás, Castelândia, Cezarina, Chapadão do Céu, Diorama, Doverlândia, Edealina, Firminópolis, Goiatuba, Ivolândia, Maurilândia, Montes Claros de Goiás, Palestina de Goiás, Palmeiras de Goiás, Palminópolis, Piranhas, Santo Antônio da Barra, São João da Paraúna, Serranópolis, Turvelândia, e outros municípios que vierem ser desmembrados dos ora citados.

- O Sicoob Credi-Rural é constituído com o objetivo precípuo de:
- * Estimular o desenvolvimento econômico e interesses comuns dos associados;
 - * Estimular a pesquisa e promover as atividades de proveito econômico de seus associados;
 - * Proporcionar, pela mutualidade, assistência financeira aos associados, com a finalidade de promover a qualidade e a produtividade em suas atividades de proveito econômico;
 - * Promover o aprimoramento técnico, educacional e social de seus dirigentes, associados e familiares e dos empregados da Cooperativa;
 - * Prestar serviços inerentes às atividades específicas de instituição financeira

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO
DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

- a) As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva na ata 57ª quinquagésima sétima em 21/01/2019.
- b) Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar determinados ativos e passivos entre outras transações. As demonstrações contábeis da cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, às provisões necessárias para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.
- c) Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de Contabilidade, algumas Normas e suas Interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicadas às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Nesse sentido, os Pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são:

CPC nº	Assunto	Resolução CMN
00 (R1)	Estrutura Conceitual Básica	4.144/2012
01 (R1)	Redução ao valor recuperável de ativos	3.566/2008
03 (R2)	Demonstração dos Fluxos de Caixa	3.604/2008
04 (R1)	Ativo Intangível	4.534/2016
05 (R1)	Divulgação sobre Partes Relacionadas	3.750/2009
10 (R1)	Pagamento Baseado em Ações	3.989/2011
23	Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	4.007/2011
24	Eventos Subsequentes	3.973/2011
25	Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	3.823/2009
33	Benefícios a Empregados	4.424/2015

- d) Em face de ausência de disposições normativas exaradas pelo Banco Central do Brasil deixamos de observar conceitos e terminologia própria das sociedades cooperativas estabelecidas na NBC-T 10.8.

NOTA 03 – PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DE CONTABILIDADE E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a – Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b – Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c – Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

d – Operações de Crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar, e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "pro rata temporis", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

e – Provisão para Perdas em Operações de Crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999

estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo). Assim, as provisões cobrem:

100% (cem por cento) das operações de crédito vencidas há mais de 180 (cento e oitenta) dias;

100% (cem por cento) dos adiantamentos a depositantes não cobertos há mais de 30 (trinta) dias, conforme Resolução do Sicoob Confederação nº. 30;

Percentual variável sobre os créditos de curso normal e anormal, conforme preconizado na Nota 6, letra "b".

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível de risco, sendo que as vencidas e não pagas há mais de 180 (cento e oitenta) dias são classificadas como de risco nível H, sendo constituída provisão para perdas de 100% (cem por cento) dos respectivos valores. Após 6 (seis) meses da classificação no nível de risco H, as operações são baixadas contra a provisão existente, transferidas para prejuízo, sendo controladas no grupo de contas de compensação.

Os Adiantamentos a Depositantes estão sendo transferidos para o prejuízo, controlados no grupo de contas de compensação, de acordo com os prazos estabelecidos pela Resolução CMN/BACEN 2.682, de 21.12.1999.

As receitas oriundas das operações vencidas há mais de 60 (sessenta) dias somente são reconhecidas como realizadas quando efetivamente recebidas.

Também está sendo constituída a provisão para perdas da Carteira de Repasse e Cartão de Crédito de acordo com nível de risco do associado, conforme percentual estabelecido pela Resolução CMN/BACEN 2.682, de 21.12.1999.

f – Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

g - Investimentos

Representados substancialmente por quotas do Central Sicoob Uni de Cooperativas de Crédito - Sicoob Uni e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

h – Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

i – Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

j – Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

k – Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis"), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

l – Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

m – Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

n – Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

o – Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

p – Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos, de acordo com o Decreto 3.000/1999, art. 183. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação conforme art. 182 do mesmo Decreto.

q – Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores no longo prazo (não circulante).

r – Valor recuperável de ativos – impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment) é reconhecida como perda quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "impairment", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

s – Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e

Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de Dezembro de 2018.

NOTA 04 – DISPONIBILIDADES

Compreendem dinheiro em caixa.

DISPONIBILIDADES	31/12/2018	31/12/2017
Caixa	9.183.217	3.706.490
Total	9.183.217	3.706.490

NOTA 05–RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	31/12/2018	31/12/2017
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros – Ligadas (b)	154.342.719	113.532.678
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros – Não Ligadas (b)	-	8.765.109
Centralização Financeira (a)	413.468.372	231.427.061
CENTRALIZAÇÃO FINANCEIRA – COOPERATIVA	567.811.091	353.724.848

a) Referem-se aos valores da centralização financeira mantidos na Sicoob Uni, em rubrica específica, em cumprimento à Circular BACEN 3.238 de 17/05/2004.

b) Os valores das aplicações, em Depósitos Interfinanceiros Ligadas são aplicações diretas junto ao Bancoob, em comum acordo com a Central Sicoob Uni para lastros das LCA – Letra de Crédito do Agronegócio. Os Depósitos Interfinanceiros Não Ligadas eram aplicações junto ao Banco do Brasil, necessários para manter a conta corrente aberta para prestação dos serviços de depósitos de numerários excedentes dos PA's Edéia, Caiapônia e Jandaia, pois estas localidades possuem agências do Banco do Brasil, mas não tem o órgão receptor de numerários denominado SERET, a referida conta corrente foi encerrada em 2018 e o saldo foi transferido para centralização financeira.

NOTA 06–OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a) **Composição da carteira por modalidade no curto e longo prazo:**

MODALIDADE	31/12/2018			31/12/2017
	Circulante	Não Circulante	Total	
Adiantamento a Depositante	236.340	-	236.340	295.684
Empréstimos, Ch. Esp. e Conta Garant.	134.004.734	24.073.854	158.078.588	154.430.101
Títulos Descontados	8.954.054	-	8.954.054	7.635.584
Financiamentos	31.418.141	43.750.878	75.169.018	55.987.274
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	364.023.522	44.053.881	408.077.403	286.324.002
(-) Provisões para Operações de Crédito	(16.113.540)	(8.279.486)	(24.393.026)	(32.911.274)
TOTAL	522.523.250	103.599.127	626.122.377	471.761.371

b) Composição por tipo de operações e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação		Empréstimo / TD		A.D / Cheque Especial / Conta Garantida	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Total em 31/12/2018	Provisões 31/12/2018	Total em 31/12/2017	Provisões 31/12/2017
AA	-	Normal	1.004.791	-	38.375	2.204.238	3.247.404		796.594	-
A	0,5%	Normal	13.920.439	495.486	7.867.860	69.555.052	91.838.837	459.195	16.646.243	(83.231)
B	1%	Normal	85.031.333	3.563.757	44.647.231	282.252.807	415.495.127	(4.154.952)	360.437.691	(3.604.377)
B	1%	Vencidas	-	-	-	-	-	-	1	0
C	3%	Normal	34.998.429	2.689.799	17.831.898	46.250.243	101.770.369	(3.053.111)	79.196.158	(2.375.885)
C	3%	Vencidas	-	41.493	-	-	41.493	(1.245)	44.135	(1.324)
D	10%	Normal	2.229.093	913.565	392.771	6.459.541	9.994.971	(999.497)	8.987.073	(898.707)
D	10%	Vencidas	23.447	51	33.345	302.515	359.359	(35.936)	17.960	(1.796)
E	30%	Normal	3.725.015	239.218	3.325.825	715.762	8.005.820	(2.401.746)	934.909	(280.473)
E	30%	Vencidas	-	-	-	-	-	-	803.835	(241.150)
F	50%	Normal	4.197.546	32.386	-	337.244	4.567.176	(2.283.588)	14.965.668	(7.482.834)
F	50%	Vencidas	3.459.882	78.503	-	-	3.538.386	(1.769.193)	365.492	(182.746)
G	70%	Normal	7.466.208	58.512	530.591	-	8.055.310	(5.638.717)	12.106.694	(8.474.686)
G	70%	Vencidas	-	17.682	-	-	17.682	(12.378)	287.091	(200.964)
H	100%	Normal	2.479.923	108.374	419.228	-	3.007.525	(3.007.525)	1.610.369	(1.610.369)
H	100%	Vencidas	367.345	126.704	81.895	-	575.944	(575.944)	7.472.732	(7.472.732)
Total Normal			155.052.777	8.101.096	75.053.779	407.774.888	645.982.540	(21.998.329)	495.681.399	(24.810.562)
Total Vencidos			3.850.675	264.433	115.240	302.515	4.532.863	(2.394.695)	8.991.247	(8.100.712)
Total Geral			158.903.452	8.365.529	75.169.018	408.077.403	650.515.403	(24.393.026)	504.672.645	(32.911.274)
Provisões			(15.214.955)	(627.039)	(2.933.664)	(5.617.367)	(24.393.025)		32.911.274	
Total Líquido			143.688.497	7.738.491	72.235.354	402.460.036	626.122.377		471.761.371	

c) Composição da Carteira de Crédito por Faixa de Vencimento

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Empréstimos / Títulos Descontados / Cheq.Desc.	44.368.415	90.468.109	24.066.928	158.903.452
Financiamentos	6.032.524	25.385.617	43.750.878	75.169.018
Financiamentos Rurais	116.154.479	247.869.043	44.053.881	408.077.403
TOTAL	166.555.418	363.722.769	111.871.687	642.149.873

d) Composição da Carteira de Crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Conta Corrente	Empréstimo / Financiamento	Título Descontado	Crédito Rural	31/12/2018	% da Carteira	31/12/2017
Setor Privado - Comércio	311.113	3.286.246	290.477	-	3.887.835	1%	2.902.039
Setor Privado - Serviços	999.608	35.600.490	2.963.927	1.607.239	41.171.264	6%	16.131.074
Pessoa Física	7.049.452	182.015.304	5.699.650	406.160.492	600.924.899	92%	483.356.246
Outros	5.357	4.216.377	-	309.671	4.531.405	1%	2.283.286
TOTAL	8.365.529	225.118.417	8.954.054	408.077.403	650.515.403	100%	504.672.645

e) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2018	% Carteira Total	31/12/2017	% Carteira Total
Maior Devedor	13.547.537	2,00%	10.539.388	2,00%
10 Maiores Devedores	80.283.903	12,00%	66.561.846	13,00%
50 Maiores Devedores	211.797.103	33,00%	171.400.337	34,00%

f) Movimentação de Créditos Baixados como Prejuízo:

Operação	2018	2017
Saldo no início do 2º Semestre	16.907.858	13.479.567
Recebimento	2.495.494	2.912.591
Baixa como Prejuízo	2.604.404	2.342.974
Saldo no Final do Período	17.016.768	12.909.950

g) Operações Renegociadas:

Durante o exercício de 2018, a cooperativa procedeu à renegociação de operações de crédito no montante total de R\$ 18.885.219 (dezoito milhões oitocentos e oitenta e cinco mil duzentos e dezenove reais), compreendendo as composições de dívidas, prorrogações, novações de créditos e as concessões de novas operações de crédito para liquidação parcial ou total de operações anteriores.

Operações Renegociadas	31/12/2018
Saldo das Operações Renegociadas	17.033.404
Operações Renegociadas	18.885.219
(-) Rendas a Apropriar de Operações Renegociadas	(932.711)
(-) Ganhos a Auferir	(919.105)

NOTA 07 – OUTROS CRÉDITOS

Modalidade	31/12/2018			31/12/2017
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Avais e Fianças Honrados (a)	88.355	-	88.355	101.602
Rendas a receber (b)	2.347.429	-	2.347.429	60.997
Diversos (c)	10.430.395	921.785	11.352.179	1.267.723
(-) Provisões para Outros Créditos (a)	(73.142)	(1.431)	(74.573)	(49.762)
Total	12.793.037	920.354	13.713.391	1.380.560

a) Correspondem aos valores de cartões de crédito honrados pela cooperativa quando não há a liquidação pelo associado. Essas operações compõem a carteira de crédito da cooperativa e são registradas em nome do associado devedor. Foi constituída provisão para perda sobre essas operações no montante de R\$ 74.573 (setenta e quatro mil quinhentos e setenta e três reais), com base no nível de risco dos associados devedores, conforme Resolução CMN nº 2.682/1999.

b) Correspondem basicamente ao valor das rendas das aplicações na centralização financeira referente ao mês 12/2018, onde a metodologia da Central Sicoob Uni é de repassar os rendimentos no início do mês seguinte após o fechamento da centralização.

c) Os saldos de maior relevância são: R\$ 920.353 (novecentos e vinte mil, trezentos e cinquenta e três reais), de depósitos judiciais vinculados à ação movida pela cooperativa contra a Receita Federal em contestação à intenção de cobrança da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS sobre ato cooperativo, que tramita nas esferas competentes, R\$ 9.048.725 (nove milhões, quarenta e oito mil setecentos e vinte cinco reais), capital social da Credi Rural a receber da antiga central Sicoob Goiás Central desvinculado em 2018, conforme termo de acordo, o valor corrigido pelo CDI e um outro valor de R\$ 822.967 (oitocentos e vinte dois mil novecentos e sessenta e sete reais), referente a Contribuição ao Fundo de Estabilidade e Liquidez do Sicoob conforme CCI 490/2018 da Confederação repassado pela Central Sicoob Uni.

NOTA 08 – OUTROS VALORES E BENS

Refere-se a despesas a incorrer em exercícios futuros, tais como: prêmios de seguros, materiais em estoque e outros.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Material em Estoque	57.873	48.863
Despesas Antecipadas	354.698	356.100
TOTAL	412.571	404.963

NOTA 09 – INVESTIMENTOS

Os saldos dos investimentos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 estavam compostos da seguinte forma:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Participações em Cooperativa Central de Crédito (a)	2.483.771	9.826.848
Participações Inst. Financ. Controlada Coop Crédito (b)	15.481.036	13.804.932
Outras Participações	7.045	7.045
Outros Investimentos	24.737	24.737
TOTAL	17.996.589	23.663.562

- a) Refere-se à participação no capital social da Central Sicoob Uni, equivalente à 2.483.771 (dois milhões, quatrocentos e oitenta e três mil, setecentos e setenta e um reais), de cotas de capital, no valor unitário de R\$ 1,00 (um real) cada.
- b) Refere-se às 8.378.861 (oito milhões, trezentos e setenta e oito mil, oitocentos e sessenta e uma) ações, do Tipo PN, do Bancoob – Banco Cooperativo do Brasil S/A.

NOTA 10 – IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

a) Imobilizado

Demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas. As depreciações foram apuradas pelo método linear, considerando a vida útil estimada para cada bem, observados os limites e taxas anuais admitidos pela legislação tributária vigente. As imobilizações em curso são registradas pelos custos já incorridos.

Descrição	Custo Corrigido	Depreciação Acumulada	Situação Líquida 31/12/2018	Situação Líquida 31/12/2017	Taxa a.a% Depreciação
Imóveis de Uso	11.440.985	(1.179.626)	10.261.359	10.525.816	4
Outros Gastos	595.602	(59.439)	536.162	125.817	20
Instalações	3.279.176	(1.187.867)	2.091.309	2.219.044	10
Aparelhos de Refrigeração	550.829	(275.437)	275.392	268.766	10
Máquinas e Equipamentos	522.447	(164.333)	358.115	399.081	10
Mobiliário	1.393.287	(696.904)	696.383	677.945	10
Sistema de Comunicação	206.085	(75.682)	130.403	145.206	10 e 20
Sistema Processamento de Dados	4.823.604	(3.538.044)	1.285.560	1.075.373	20
Sistema Vigilância e Segurança	642.597	(303.384)	339.213	372.512	10
Sistema de Transportes	794.513	(636.006)	158.507	288.678	20
TOTAL	24.249.125	(8.116.721)	16.132.404	16.098.238	-

b) Intangível

Descrição	31/12/2018	31/12/2017	Taxa Depreciação
Ativos Intangíveis	5.014.674	3.515.579	20%
(-) Amortização Intangíveis	(3.148.102)	(2.403.662)	
TOTAL	1.866.572	1.111.917	

c) Redução ao Valor Recuperável de Ativos

A Administração entende que não há necessidade de provisão para perda na recuperação de ativos pelas seguintes razões:

I) Dos investimentos não circulantes, avaliados ao custo por não estarem sujeitos ao MEP, 86,02% são representados por ações do Bancoob, inexistindo qualquer indicativo de que não sejam integralmente recuperáveis, haja vista o valor patrimonial da ação em 31/12/2018 ser de R\$ 1,89 (um real e oitenta e nove centavos), enquanto que o custo médio de aquisição das ações corresponde a R\$ 1,81 (um real e oitenta e um centavos), e 13,80% são representados por cotas da Central Sicoob Uni, que apresenta situação patrimonial sólida e com alta liquidez.

II) No imobilizado, o teste aplicado nos terrenos, edificações são elaborados laudos técnicos a cada três anos e veículos, ocorre anualmente, ao final do exercício, não tendo sido constatado valor de mercado inferior àqueles registrados na contabilidade.

III) Ressalta-se, por fim, que o somatório desses ativos representa 2,87% dos Ativos Totais em 31 de dezembro de 2018, o que demonstra que eventual provisão para perda não impactaria, significativamente as demonstrações contábeis da cooperativa.

NOTA 11 –DEPÓSITOS

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos à vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade. É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de pro rata temporis, já as remunerações pré fixadas são calculadas o prazo final das operações, tendo o valor futuro, a data do demonstrativo contábil apresentado em conta redutora.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Depósito à Vista	126.906.811	75.651.472
Depósito a Prazo	250.970.129	137.032.975
TOTAL	377.876.940	212.684.447

Os depósitos, até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil), por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), o qual é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, regida por Estatuto Social próprio e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, constituído conforme Resolução CMN nº4.284/2013. As instituições associadas são todas as cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos.

a) Concentração dos Principais Depositantes:

Descrição	31/12/2018	% Carteira Total	31/12/2017	% Carteira Total
Maior Depositante	63.730.221	15,00%	26.176.774	12,00%
10 Maiores Depositantes	206.06 7.049	47,00%	88.795.380	39,00%
50 Maiores Depositantes	314.308.372	72,00%	163.383.397	72,00%

b) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2018	2017
Despesas de Depósitos a Prazo	(16.545.710)	(14.700.470)
Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio	(9.191.341)	(9.814.358)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(868.705)	(581.243)
TOTAL	(26.605.756)	(25.096.071)

NOTA 12 –RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

Referem-se às Letras de Crédito do Agronegócio (LCA) que foram emitidas pela Credi-Rural com o prazo mínimo de 180 dias (seis meses) e prazo máximo de até 12 (doze) meses. São títulos vinculados a direitos creditórios (garantia) originários do agronegócio, mantidos na carteira da própria Cooperativa, e de exigibilidade imediata. Todas LCA's, assim como seus direitos creditórios, estão de acordo com as regras do sistema de registro e de liquidação financeira de ativos autorizados pelo Banco Central do Brasil.

Modalidade	Encargos financeiros incidentes	31/12/2018	31/12/2017
LCA - Juros variáveis	Juros anuais: 84%, 88%,92% e 93% do CDI	193.958.223	127.632.820

NOTA 13 –RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

Repasses Interfinanceiros

Refere-se a recursos obtidos junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados por meio de operações de financiamentos de custeio e investimento rural. Os repasses aos associados não são acrescidos de comissão de intermediação, sendo que o montante captado foi repassado nas mesmas condições da captação, conforme discriminação a seguir:

OPERAÇÕES DE REPASSES – Classificadas no Passivo Circulante

Origem do Recurso	ANO DA LIBERAÇÃO	VALOR DA OPERAÇÃO	TAXA DE JUROS A.A	VENCIMENTO	SALDO DEVEDOR EM 31/12/2018
Bancoob	2017	5.721.911	10,80%	2019 a 2022	4.343.648
Bancoob	2017	279.130	10,40%	2019 a 2022	167.754
Bancoob	2017	370.000	9,50%	2022	366.279
Bancoob	2018	44.585.000	7,00%	2019	47.114.453
Bancoob	2018	93.280.000	6,50%	2019	98.228.675
Recursos do Bancoob					150.220.809
Despesas à Apropriar					3.137.673
Repasses Interfinanceiros					147.083.136

As garantias prestadas nessas operações são representadas por avais da própria Diretoria Executiva.

NOTA 14 – RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS

Descrição	2018	2017
Ordens de Pagamento	59.464.297	15.080.335
TOTAL	59.464.297	15.080.335

O valor de R\$ 59.464.297 (cinquenta e nove milhões, quatrocentos e sessenta e quatro mil, duzentos e noventa e sete reais) refere-se a recursos dos associados da cooperativa, movimentados por meio de ordens de pagamento, que não foram compensados até a data de 31/12/2018.

NOTA 15 – OUTRAS OBRIGAÇÕES

Descrição	2018	2017
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	98.586	167.771
Sociais e Estatutárias (15.1)	25.522.992	19.797.804
Fiscais e Previdenciárias (15.2)	3.562.587	3.323.584
Diversas (15.3)	8.414.107	5.151.090
TOTAL	37.598.272	28.440.248

15.1 – Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Provisão para Participações nos Lucros (a)	2.327.004	1.748.188
Resultado de Atos com Associados (b)	10.390.169	8.931.679
Resultado de Atos com Não Associados (b)	7.878.726	5.310.113
Cotas de Capital a Pagar (c)	4.927.093	3.807.824
TOTAL	25.522.992	19.797.804

- a) Refere-se à participação dos funcionários nos resultados da cooperativa (Lei 10.101/2000), conforme planejamento estratégico, cujo montante no exercício de 2018 foi de R\$ 2.327.004,16 (dois milhões, trezentos e vinte sete mil, quatro reais e dezesseis centavos).
- b) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/197.
- c) O valor refere-se a cotas de capital a devolver de associados demitidos, eliminados ou excluídos do quadro social da cooperativa.

15.2 – Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Provisão para impostos e contribuições/lucros	50.794	43.263
Impostos e contribuições a recolher (a)	3.511.793	3.280.321
TOTAL	3.562.587	3.323.584

a) O montante de R\$ 3.511.793 (três milhões, quinhentos e onze mil, setecentos e noventa e três reais), registrado como “Impostos e Contribuições a Recolher”, refere-se, basicamente, à provisão do IRRF incidente sobre o pagamento de juros ao capital próprio aos associados, relativo ao exercício 2018.

Na 427ª (quadringentésima vigésima sétima) reunião do Conselho de Administração, realizada em 17 de dezembro de 2018, o percentual da remuneração dos juros ao capital próprio para o exercício de 2018 foi definido em 6,2% ao ano. Os juros ao capital próprio foram contabilizados seguindo regras emanadas do Banco Central do Brasil (Circular 2.739/1997).

15.3 – Diversas

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Cheques Administrativos	58.394	4.904
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	1.219.006	117.210
Obrigações por Prestação de Serviços de Pagamento	913.279	791.227
Provisão para Pagamentos a Efetuar	3.020.581	2.190.708
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas	1.331.338	1.660.950
Credores Diversos - País	1.871.509	386.090
TOTAL	8.414.107	5.151.090

NOTA 16 – PROVISÃO PARA DEMANDAS JUDICIAIS

Descrição	2018	2017
Demandas Judiciais (a)	685.125	707.849
PIS – Depósito Judicial (b)	292.341	285.918
COFINS – Depósito Judicial (b)	920.354	920.353
TOTAL	1.897.819	1.914.120

a) Demandas Judiciais:

A cooperativa é ré em 6 processos judiciais que foram avaliados pelos nossos assessores jurídicos com probabilidade de perda provável, resultando no registro de provisão no montante de R\$ 685.124 (seiscentos e oitenta e cinco mil, cento e vinte quatro reais), em conformidade com o que determina a Resolução CMN nº 3.823/2009, que recepcionou o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Segundo nossos assessores jurídicos, existem, ainda, 18 (dez) processos judiciais de natureza cível e trabalhista, no montante total de R\$ 1.612.952 (hum milhão, seiscentos e doze mil, novecentos e cinquenta e dois reais), cuja probabilidade de perda é possível, para os quais não é exigido o registro de provisão.

b) PIS e COFINS:

A legalidade da exigência de recolhimento da COFINS – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social e do PIS – Programa de Integração Social está sendo questionada pelas cooperativas de crédito integrantes do Sicoob Goiás Central, através de mandado de segurança aforado pelas mesmas, com pedido de liminar. Em primeira instância, a segurança foi parcialmente concedida, tendo sido reconhecida a inconstitucionalidade da cobrança da COFINS sobre a receita de atos cooperativos, excluindo-se da decisão os atos praticados com terceiros, cujos recolhimentos a cooperativa efetua tempestivamente. No caso do PIS, a liminar requerida pelas cooperativas foi negada. Foi interposto recurso de apelação, cujo julgamento, ocorrido em 15 de maio de 2009, deu provimento ao recurso manejado, afastando assim a incidência do PIS sobre o ato cooperativo, conforme decisão da 8ª Turma do TRF da 1ª Região. Apesar da decisão ainda comportar recurso, a Fazenda Nacional está impedida de autuar, lançar e cobrar PIS e COFINS das cooperativas de crédito do Sicoob Goiás Central. Quando esta decisão se tornar definitiva, as cooperativas terão direito de pleitear o ressarcimento à Fazenda Nacional dos depósitos efetuados a título de COFINS. No caso do PIS, não foi efetuado depósito judicial para o mesmo, mas o valor principal provisionado está atualizado pelos encargos incidentes.

NOTA 17 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Sicoob Credi-Rural opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

NOTA 18 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio Líquido da cooperativa está assim representado:

Nomenclatura	31/12/2018	31/12/2017
Capital Social	293.962.991	250.480.329
Capital de Domiciliados no País	295.146.269	251.248.521
(-) Capital a Realizar	(1.183.279)	(768.192)
Reserva de Sobras	141.396.533	118.420.193
Reserva Legal	106.347.588	85.551.117
Reserva Estatutária para Aumento de Capital	35.048.945	32.869.076
Total	435.359.523	368.900.522

O Capital Social, constituído por cotas no valor unitário de R\$1,00 (um real), representa a integralização de 7.996 (sete mil, novecentos e noventa e seis) associados. Cada associado possui 01 (um) voto, independentemente da quantidade de cotas que o mesmo detenha, sendo este pessoal e intransferível.

NOTA 19 – SOBRAS LÍQUIDAS

As sobras líquidas a destinar ao final do exercício de 2018 importam em R\$ 58.414.908 (cinquenta e oito milhões, quatrocentos e quatorze mil, novecentos e oito reais) e estão assim demonstradas:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Resultado do exercício	76.435.378	71.186.681
Saldo de Exercícios Anteriores	131.812	-
Utilização do FATES	1.462.255	1.082.159
Resultado com Terceiros (ao FATES)	(2.568.613)	(1.265.941)
Rendas Não Operacionais	(20.364)	(54.497)
Juros ao Capital Próprio	(17.025.561)	(16.166.609)
Sobras Ajustadas	58.414.908	54.781.793
(-) Destinações Estatutárias		
(-) FATES (5%)	(2.920.745)	(2.739 .090)
(-) Reserva Legal (35%)	(20.445.218)	(19.173.628)
(-) Fundo para Aumento de Capital (60%)	(35.048.945)	(32.869.076)

NOTA 20 – PROVISÃO DE JUROS AO CAPITAL

A Cooperativa pagou juros ao capital próprio, visando remunerar o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC. A referida provisão foi demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme Circular BACEN nº 2.739/1997.

NOTA 21 – RECEITAS DA INTERMEDIACÃO FINANCEIRA

Descrição	2018	2017
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	370.322	360.835
Rendas de Empréstimos	46.110.428	50.646.982
Rendas de Resultado de Aplicações Compulsórias	1.051.266	-
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	2.563.242	2.395.026
Rendas de Financiamentos	12.563.065	11.060.113
Rendas Financiamentos Rurais - Aplicações Livres	-	10.974.465
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplicações com Recursos Livres	30.491.115	15.167.079
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplic. com Recursos Direcionados à vista (obrigatórios)	5.628.346	2.513.473
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplic. com Recursos Direcionados da Poupança Rural	3.109.076	2.378.804
Rendas Financ Rurais - Aplic Repassadas e Refinanc	-	5.316.713
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	8.307.562	10.637.243
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	3.071.176	3.304.896
TOTAL	113.265.599	114.755.629

NOTA 22 – DESPESAS DA INTERMEDIACÃO FINANCEIRA

Descrição	2018	2017
Despesas De Captação	(26.605.756)	(25.096.071)
Despesas De Obrigações Por Empréstimos E Repasses	(8.220.507)	(8.568.936)
Provisões para operações de crédito liquidação duvidosa	2.637.686	(13.780.162)
TOTAL	(32.188.577)	(47.445.169)

NOTA 23 – OUTROS DISPÊNDIOS/DESPESAS OPERACIONAIS

Descrição	2018	2017
Despesas de Cessão de Operações de Crédito	(1.440.274)	(48.575)
Cancelamento de Tarifas Pendentes	(9.731)	(8.096)
Provisão para Passivos Contingentes	(2.000)	(33.210)
Contrib. ao Fundo Ressarc. Fraudes Externas	(4.602)	(10.951)
Contrib. ao Fundo Ressarc. Perdas Operacionais	(2.559)	(6.290)
Contrib. ao Fundo Tecnologia da Informação	(250.114)	(216.556)
Garantias Financeiras Prestadas	(2.681.046)	(2.863.195)
Outras Despesas Operacionais	(2.026.804)	(102.955)
TOTAL	6.417.130	3.289.828

NOTA 24 – RESULTADO NÃO OPERACIONAL

Descrição	2018	2017
Ganhos de Capital	20.364	54.455
Outras Rendas não Operacionais	-	42
(-) Perdas de Capital	(4.242)	(14.012)
(-) Outras Despesas não Operacionais	-	(5.633)
Resultado Líquido	16.122	34.852

NOTA 25 – PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa e se caracterizam, basicamente, por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de

RDC e operações de crédito.
As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: fidejussória, penhor, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Montante das operações ativas e passivas no exercício de 2018:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Vínculo de Grupo Econômico	22.160.807	2,28%	219.162
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	4.264.070	0,44%	34.556
TOTAL	26.424.877	2,72%	253.718
Montante das Operações Passivas	60.850.466	3,97%	

Operações ativas e passivas – saldo em 2018:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação d e Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	68.762	1.889	1%
Crédito Rural	7.487.329	74.681	2%
Empréstimo	2.194.360	387.476	1%
Financiamento	11.073.883	110.739	15%
Títulos Descontados	27.948	279	0%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	3.651.648	2,9%	0%
Depósitos a Prazo	19.165.584	4,31 %	0,47%

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas
Desconto de Cheques	2,34%
Empréstimos	1,8%
Financiamento	1,07%
Aplicação Financeira - Pré Fixada	1%
Aplicação Financeira - Pós Fixada	94,26%

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2018	
CPR (física, financeira, coobrigações)	
Empréstimos e Financiamentos	1,86%
Títulos Descontados e Cheques Descontados	0,3%
Crédito Rural (modalidades)	0,94%

As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Crédito Rural	38.511.321
Empréstimos e Financiamentos	76.315.107
Títulos Descontados	55.896

NOTA 26 – ACORDO DE COMPENSAÇÃO

Trata-se de aplicações do Sicoob Credi-Rural mantidas no Sicoob Uni, objeto de Acordo de Compensação (ACO) relativamente às operações da cooperativa junto ao Bancoob, em cumprimento ao artigo 3º Resolução CMN 3.263/2005". Os saldos controlados ficaram em R\$ 99.180.147 (noventa e nove milhões, cento e oitenta mil e cento e quarenta e sete reais no mês de dezembro/2018, tendo em vista movimentação das aplicações que a cooperativa mantinha no Bancoob, que estavam vinculadas como garantias na centralização financeira e agora estão como garantias nas operações das LCA's.

NOTA 27 – COOPERATIVA CENTRAL

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Sudoeste Goiano - Sicoob Credi-Rural, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à Central Sicoob Uni de Cooperativas de Crédito - Sicoob Uni, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

A Sicoob Uni, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao Sicoob Uni a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

A Sicoob Credi-Rural responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo Sicoob Uni perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

NOTA 28 – GERENCIAMENTO DE RISCO

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

28.1 - Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) de cooperativas enquadradas no Segmento 4 é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

28.2 - Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- a) utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- b) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- c) definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- d) realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

28.3 - Risco de Crédito

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

28.4 - Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

28.5 Risco Socioambiental

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

28.6 Gestão de Continuidade de Negócio

A Gestão de Continuidade dos Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Anualmente são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a efetividade.

NOTA 29 – SEGUROS CONTRATADOS NÃO AUDITADOS

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

NOTA 30 – ÍNDICE DE BASILEIA

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado o índice de Basileia de 50,28% em 31/12/2018, enquadrado de acordo com Banco Central.

Rio Verde – GO, 31 de dezembro de 2018.

Kadmo Ribeiro Carneiro Presidente Conselho de Administração CPF: 095.864.821-20	Fábio Bellintani Iplinsky Diretor Administrativo CPF: 067.273.398-64	Ocimar Furtado de Souza Diretor Operacional CPF: 424.702.501-53	Claudinei Donizete Fabro Contador CRC-GO 014853/O-7 CPF: 280.739.338-10
--	---	--	--

RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Sudoeste Goiano - Sicoob Credi-Rural Rio Verde/GO

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Sudoeste Goiano - Sicoob Credi-Rural, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Sicoob Credi-Rural em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos – Demonstração das Reversões e Destinações do Resultado do Exercício

Examinamos, também, a Demonstração das Reversões e Destinações do Resultado do Exercício, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaborada sob a responsabilidade da administração do Sicoob Credi-Rural e apresentada como informação suplementar. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração do Sicoob Credi-Rural é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília/DF, 12 de fevereiro de 2019.



Nestor Ferreira Campos Filho
Contador CRC DF – 013421/O-9
CNAI 1727

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Como membros do Conselho Fiscal da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Sudoeste Goiano - Sicoob Credi-Rural, no uso das atribuições estatutárias e regimento interno, analisamos o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício, relativos ao período findo em 31 dezembro de 2018, acompanhado das mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa. Análises que incluíram verificações nos controles internos e visitas aos Postos de Atendimento da Cooperativa, onde examinamos as operações realizadas durante o referido período, através de documentos, lançamentos contábeis e conciliações fiscais.

Baseados nas análises, verificações e pareceres da auditoria independente, somos de parecer que as demonstrações refletem adequadamente a posição econômica, financeira e patrimonial do Sicoob Credi-Rural em 31 dezembro de 2018, bem como o resultado do exercício.

Assim, somos favoráveis a aprovação das demonstrações contábeis analisadas e recomendamos a sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária.

Rio Verde-GO, 13 de fevereiro de 2019.

Henrique de Campos Citroni

Carlos Roberto Marques Júnior

Ricardo Vian

Juzilane Carvalho Dias

Fernanda Carvalho Giacomini

Adriano Popp